

Documento operacional para a implementação do projeto de cooperação técnica:
Fortalecimento da Política Pública de Intermediação de Mão de Obra do Ministério do
Trabalho e Previdência/MTP (Sistema Nacional de Emprego/SINE)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

TÍTULO: Fortalecimento da Política Pública de Intermediação de Mão de Obra do Ministério do Trabalho e Previdência/MTP (Sistema Nacional de Emprego/SINE)

DURAÇÃO PREVISTA: 30 meses

FONTE EXTERNA: Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

ENDEREÇO: 5, Rue Roland Barthes, 75598 Paris Cedex 12, França

FONE: +55 (61) 3310-8700

TITULAR: Sra. Laetitia Dufay

CARGO: Diretora representante regional AFD Brasil Cone Sul

CUSTO ESTIMADO

- Cooperação Externa Solicitada (AFD): €1.200.000,00

ENTIDADE PROPONENTE:

NOME/SIGLA: Ministério do Trabalho e Previdência (MTP)

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Ed. Central, sala 400 – Brasília/DF – CEP: 70.056-900

FONE: +55 (61) 2031-6560

TITULAR: José Carlos Oliveira

CARGO: Ministro do Trabalho e Previdência

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP/STRAB)

TITULAR: Mauro Rodrigues de Souza

CARGO: Secretário de Trabalho

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Karla Carolina Faria Calembó Marra

CARGO: Coordenadora-Geral de Políticas de Emprego

ENTIDADES CO-PARTICIPANTES:

- **Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP/STRAB):** órgão responsável pela coordenação das políticas públicas de trabalho e emprego e renda no Governo Federal, dentre as quais inclui-se a política de intermediação de mão de obra. Trata-se do órgão do governo brasileiro beneficiário da proposta de cooperação técnica internacional, a partir de demanda apresentada à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).
- **Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)** (órgão do Governo Francês responsável pelo financiamento do projeto)
- **Expertise France** (órgão do Governo Francês responsável pela coordenação e apoio à implementação do projeto)
- **Pôle Emploi** (órgão do Governo Francês responsável pela política de intermediação de mão de obra e pelo apoio técnico ao projeto)
- **SINE Paraná** (órgão responsável pela política de intermediação de mão de obra no estado do Paraná e pela realização de projeto piloto)
- **SINE Roraima** (órgão responsável pela política de intermediação de mão de obra no estado de Roraima e pela realização de projeto piloto)
- **Conselho Estadual do Trabalho do Paraná** (órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, instância deliberativa do Fundo do Trabalho do Paraná e da política de intermediação de mão de obra no estado do Paraná)
- **Conselho Estadual do Trabalho de Roraima** (órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, instância deliberativa do Fundo do Trabalho de Roraima e da política de intermediação de mão de obra no estado de Roraima)
- **Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador/CODEFAT** (órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, instância deliberativa do Fundo de Amparo ao Trabalho e do Programa do Seguro Desemprego)
- **Fórum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho (FONSET)** (fórum constituído pelas 27 Secretarias Estaduais do Trabalho, com o objetivo de promover as políticas públicas de trabalho, emprego e renda).

2. JUSTIFICATIVA

Diagnóstico de Situação

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) é a primeira e mais antiga política de emprego brasileira. Seu surgimento data de 1957, quando o Congresso Nacional ratificou a Convenção nº. 88, que trata da organização dos Serviços de Emprego, aprovada em 1948 pela Assembleia Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa convenção orientava os Estados membros a constituir serviço público de emprego baseado no diálogo entre empregados e empregadores, com o objetivo de promover o encaminhamento dos trabalhadores para oportunidades de contratação mapeadas com o empresariado (Sousa, 2016: 284-285)¹.

As políticas de emprego brasileiras tornaram-se realidade cerca de 20 anos depois, em 1975, com a criação do SINE, por meio do Decreto no. 76.403/1975. Seu objetivo era promover a adequação entre a oferta e a demanda por força de trabalho e organizar um sistema de informações sobre o mercado de trabalho. Após cerca de 45 anos, o SINE passou por importante renovação, quando da instituição da Lei no. 13.667/2018. Dentre outras inovações, o SINE passou a operar com base na adesão a Planos de Ações e Serviços, mediante financiamento realizado por meio de transferências fundo a fundo, de modo a superar limitações intrínsecas ao modelo de convênio com entes subnacionais. Além disso, passou a incorporar o fomento ao empreendedorismo dentre sua missão institucional, assim como a provisão de serviços digitais de orientação profissional e colocação no mercado de trabalho, a qual se encontra em desenvolvimento desde 2020.

Atualmente, o SINE é constituído por uma rede de 1,4 mil postos de atendimento, distribuídos pelas 27 unidades federativas e presente em 1,2 mil municípios. Em média, a rede viabiliza a colocação de 442 mil trabalhadores no mercado de trabalho, com orçamento federal da ordem de R\$21 milhões (2021). O público do SINE é majoritariamente masculino (52%), jovem (76% possuem até 39 anos de idade) e com ensino médio (65%). A busca por oportunidades de emprego é bastante diversificada, visto que as 20 ocupações mais demandadas respondem por cerca de 56% da movimentação total. As principais ocupações são: auxiliar de escritório, vendedor do comércio varejista, atendente de lojas e supermercados, alimentador de linha de produção, faxineiro, recepcionista, repositor de mercadorias, operador de caixa, auxiliar nos serviços de alimentação e assistente administrativo. Do ponto de vista setorial, percebe-se a predominância de ocupações dos serviços e comércios e, em menor medida, da indústria, sem participação relevante da agropecuária².

Avaliação de impacto sobre o SINE, conduzida pela equipe técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) identificou importantes achados relativos à efetividade da política brasileira de intermediação de mão de obra³. O SINE aumenta em 19,7 p.p. a probabilidade do trabalhador encontrar emprego 3 meses após ser encaminhado, comparado com o trabalhador não-usuário do serviço. Do mesmo modo, o SINE possibilita reduzir em cerca de 1 mês a espera por novo emprego, face ao trabalhador não usuário do serviço. Não obstante, foram identificadores efeitos indesejáveis, em particular sobre o tempo de permanência no emprego (4,1 meses a menos de permanência no emprego para o trabalhador usuário do SINE) e sobre o

¹ Sousa, Marcelo de. "O Colapso das Políticas de Emprego no Brasil" in Revista de Ciências Sociais, no. 44, janeiro/junho 2016, p. 284-285.

² Fonte: MTE/Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra (BGIMO).

³ Cravo, Túlio et alii. "O Impacto do SINE no Mercado de Trabalho" in Boletim IPEA Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, no. 65, outubro de 2018, pág. 113-123.

salário (redução de 3,5% no salário de readmissão para o trabalhador encaminhado pelo SINE), possivelmente em decorrência do tipo de vaga captada pelo SINE, considerando a alta rotatividade nos postos de trabalho característica do mercado de trabalho brasileiro. Ademais, a taxa de colocação do SINE é de 12%, considerando a proporção de trabalhadores colocados no mercado de trabalho sobre o total de encaminhamentos realizados, o que sugeriria haver espaço para aumentar sua efetividade (Cravo et alii, 2018: 113; 117)⁴.

Os esforços para ampliar a efetividade do SINE por meio de sua modernização tecnológica são meritórios e devem ser destacados. Não obstante, importa enfatizar a concomitante necessidade de aperfeiçoá-lo enquanto *política pública*. Isto é, enquanto um arranjo institucional descentralizado, implementado em parceria com entes subnacionais, dotado de rotinas administrativas para captação de público e vagas, orientação profissional e encaminhamento para oportunidades de emprego e de qualificação profissional. A dimensão tecnológica é um importante aspecto da política pública de intermediação de mão-de obra, cujo desenvolvimento deve ocorrer *pari passu* à modernização de suas práticas, em particular em sua interface com o público usuário (trabalhadores e empregadores) e na provisão do serviço. Para tanto, faz-se necessário recorrer ao aprendizado crítico de experiências internacionais bem-sucedidas, como o é a experiência francesa do **Pôle Emploi**.

a) os problemas que o projeto se propõe a solucionar ou minorar:

Espera-se que, ao final da cooperação técnica internacional com o Pôle Emploi, o SINE internalize rotinas e procedimentos capazes de ampliar sua efetividade, medida por intermédio do indicador **taxa de colocação** (cf. Seção 3).

b) indicação dos beneficiários diretos e indiretos:

Os beneficiários diretos do projeto são os trabalhadores que buscam a rede Sine para colocação no mercado de trabalho ou para programas de geração de renda e os empregadores que disponibilizam vagas de emprego. Os trabalhadores que buscam outros serviços do Sine, como a habilitação ao seguro-desemprego, também serão beneficiados pela melhora dos fluxos de atendimento da rede. Indiretamente, toda a população local tende a ser beneficiada com a implementação de rotinas mais eficientes de atendimento ao trabalhador e de captação de vagas de emprego, visto que o aumento da taxa de empregabilidade é um dos indicadores mais sensíveis para fomento da economia local.

c) inserção das prioridades nacionais de desenvolvimento;

Fruto do consenso das negociações obtidas entre delegados dos representantes dos países membros da ONU, a Agenda 2030 incorpora contribuições resultantes do diálogo entre governos e sociedade civil. Esse diálogo resultou na inserção de novas temáticas ao desenvolvimento sustentável tais como: indústria, inovação, infraestrutura, **trabalho**, crescimento econômico, paz e justiça, mudanças climáticas, dentre outros.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS sucedem ao ciclo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM (2000 a 2015), que a partir do cumprimento das metas tornou o Brasil referência mundial e um dos principais interlocutores na fase de negociação dos ODS, na ONU. O protagonismo internacional do Brasil nos ODS

⁴ Cf. Seção 3 (Objetivos e Resultados) sobre considerações a respeito do indicador “taxa de colocação”.

proporcionou ao país assento no Grupo de Alto Nível da ONU, que acompanha a implementação mundial da Agenda 2030.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fazem parte de uma resolução internacional aprovada pela Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2015, quando o Brasil assumiu o compromisso de implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Adotado pelos 193 Estados Membros das Nações Unidas, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” define uma estratégia mundial composta por 17 objetivos e 169 metas.

A Agenda 2030 representa uma ferramenta orientadora para planejamento de ações e políticas públicas perenes, capazes de levar o Brasil ao efetivo alcance do desenvolvimento sustentável. Em busca do equilíbrio entre a prosperidade humana com a proteção do planeta, alguns dos seus focos são: i) acabar com a pobreza e a fome; ii) lutar contra as desigualdades; e iii) combater mudanças climáticas.

Os órgãos de governo trabalham para demonstrar como a implementação de políticas públicas no País responde a distintos desafios colocados pela Agenda 2030. De forma coordenada e centralizada, o governo mantém interlocução com órgãos setoriais, entes subnacionais, representantes internacionais e da sociedade civil, no sentido de mapear os projetos e políticas públicas em curso no território nacional e que estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A intensa articulação e aproximação com os diversos agentes responsáveis pela implementação da Agenda 2030 abrange ações que vão desde a aproximação com Estados e Municípios à captação de investimentos externos para o financiamento de projetos de infraestrutura. O Governo vem atuando, ainda, em várias frentes, entre as quais se destacam a atualização das metas ODS, visando a um maior alinhamento às políticas públicas; a consolidação nacional de indicadores e a criação de carteira de projetos prioritários relacionados à Agenda 2030.

O projeto proposto está diretamente relacionado ao Objetivo 8 que tem como meta promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

Mais especificamente, a proposta a meta 8.3 e 8.5, abaixo descritas:

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

d) situação esperada ao final do projeto:

As ações ora propostas visam o fortalecimento do SINE, em nível federal e local, como ator central do mercado de trabalho no Brasil.

- e) **descrição sucinta do trabalho que se propõe implementar, destacando-se as principais realizações previstas e a estratégia a ser adotada para alcançá-las, as etapas, a utilização dos recursos humanos, físicos e financeiros, os riscos e as medidas mitigadoras, os fatores de sustentabilidade, o desenvolvimento de capacidades, os efeitos multiplicadores:**

O presente projeto de cooperação técnica consiste na transferência dialogada e internalização crítica de conhecimento, integrando ações de consultoria, capacitação de equipe técnica e implementação de 2 projetos pilotos (nos estados do Paraná e do Roraima).

O Pôle Emploi disponibilizará um técnico de seus quadros, que permanecerá lotado em Brasília/DF e movimentar-se-á entre os dois estados que perfazerão os projetos piloto. O técnico disporá de apoio técnico-administrativo na Coordenação-Geral do SINE, no âmbito da Secretaria do Trabalho, onde possuirá, além de apoio logístico, de interlocução privilegiada com a equipe técnica designada para acompanhar a execução da cooperação técnica. O técnico residente desenvolverá as seguintes atividades:

- Apoiar a realização de diagnósticos territoriais, mapeando capacidades institucionais e potenciais parcerias públicas e privadas;
 - Coordenar a implementação de *grupos focais* com usuários do SINE (empregadores e trabalhadores), para identificar necessidades locais e definir uma nova oferta de serviços adaptada às especificidades territoriais, com base na metodologia LAB/Pôle Emploi;
 - Apoiar a implementação da nova oferta de serviços das unidades de atendimento do SINE nos dois projetos pilotos;
 - Acompanhar visita de intercâmbio à rede Pôle Emploi (França ou Guiana, a definir);
 - Realizar seminários semestrais de intercâmbio de práticas e compartilhamento de aprendizagens visando à sistematização e disseminação das boas práticas; e
 - Seminário final de apresentação dos resultados do projeto para compartilhamento de aprendizagens e discussão de alternativas de multiplicação das aprendizagens no âmbito da rede SINE.
- f) **Indicar as condições locais que possibilitem a implementação do projeto com uma probabilidade razoável de sucesso, as funções e os aportes técnicos.**

As equipes técnicas da Coordenação-Geral de Políticas de Emprego - CGPE, do SINE/AP e do SINE/PR comporão o núcleo técnico do projeto e serão os recursos humanos disponibilizados para o projeto. Como recursos físicos, será oferecido ao consultor contratado pela AFD a infraestrutura necessária para a realização dos trabalhos, tanto em Brasília, nas dependências do Ministério do Trabalho e Previdência, quanto nos postos de atendimento estaduais. Recursos financeiros, caso necessário, estão relacionados apenas ao pagamento de diárias e passagens aos servidores do Ministérios, para acompanhamento da agenda, sujeito à disponibilidade de recursos do órgão federal.

Quanto ao mapeamento de riscos do projeto e suas medidas mitigadoras, destacam-se:

Riscos de execução: risco de que as atividades demorem mais que o esperado; desvios no cronograma podem aumentar os custos e atrasar o recebimento dos benefícios do projeto.

Riscos operacionais: riscos de implementação deficiente.

Riscos legais: surgimento de obrigações legais e regulamentares.

Riscos externos: incertezas inerentes ao ambiente externo do projeto e que o afeta.

Para mitigar esses riscos, foi proposto um calendário que já leva em consideração a necessidade de possíveis negociações com novas autoridades eleitas, devido à proximidade do período eleitoral, ou outros fatores que porventura venham a adiar o projeto. A administração dos recursos também foi pensada com vistas a deixar uma margem percentual para a possível necessidade de extensão da duração do projeto ou alteração no modelo operacional de implementação previamente estabelecido.

Como é fundamental que a eficácia das atividades desenvolvidas seja aferida, os técnicos deverão acompanhar a implementação das medidas.

As equipes técnicas da Coordenação-Geral do SINE, do SINE/AP e do SINE/PR comporão o núcleo técnico para disseminação dos conhecimentos e aprendizagens oriundos desta cooperação técnica junto à rede SINE.

Juntamente com o treinamento de técnicos e gestores, a divulgação e disseminação do aprendizado permitirá a obtenção do necessário efeito multiplicador dos resultados do projeto, ampliando-se gradativamente o número de unidades de atendimento beneficiadas.

O quadro institucional da presente proposta de cooperação técnica internacional compõe-se de:

- **Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência:** a Coordenação-Geral de Políticas de Emprego - CGPE alocará um técnico sênior para acompanhamento em tempo integral da parceria, acompanhado de 3 coordenadores em tempo parcial, constituindo uma equipe de 4 colaboradores de nível gerencial para internalização crítica dos conhecimentos e aprendizagens desenvolvidos dialogicamente com o colaborador do Pôle Emploi. A CGPE também colocará à disposição do projeto os equipamentos e instalações já existentes em sua infraestrutura.
- **Sistema Nacional de Emprego dos estados do Roraima e do Paraná:** ambas estruturas estaduais designarão, de comum acordo com a CGPE, as unidades de atendimento para fins de desenvolvimento dos projetos piloto, alocando recursos humanos (coordenador estadual do SINE, gerente de unidade de atendimento, equipe técnica e equipe de atendentes) e capacidade institucional para articulação de usuários do SINE (trabalhadores, empregadores) e potenciais parcerias públicas e privadas. As unidades de atendimento também colocarão à disposição do projeto os equipamentos e veículos já existentes em sua infraestrutura.

3. OBJETIVOS E RESULTADOS

As ações ora propostas visam o fortalecimento do SINE, em nível federal e local, como ator central do mercado de trabalho no Brasil. O **objetivo de desenvolvimento** do presente projeto de cooperação técnica internacional é a **redução do desemprego friccional**.

Para isso será necessário ampliar a efetividade da política pública de intermediação de mão de obra brasileira, por meio de (a) fortalecimento das capacidades da Coordenação-Geral do SINE, especificamente quanto à produção e disseminação de boas práticas para o conjunto de agências do SINE; (b) desenvolvimento de novas estratégias territoriais de parceria pública e privada e (c) internalização de novas metodologias para aprimorar a oferta de novos serviços do SINE.

Deve-se observar que, diferentemente do disposto em Cravo (2018), o correto entendimento da taxa de colocação do SINE não é a razão entre pessoas colocadas / pessoas encaminhadas. A regra de encaminhamento adotada historicamente pelas unidades de atendimento do SINE é o encaminhamento de 3 trabalhadores para cada vaga disponível no sistema. Dessa forma, caso adote-se a métrica “pessoas colocadas/pessoas encaminhadas” para o cálculo da taxa de colocação, o indicador estará sempre subdimensionado, pois o denominador (pessoas encaminhadas) será sempre multiplicado por 3, visto que cada colocação será o resultado de 3 pessoas encaminhadas.

A definição mais precisa da taxa de colocação é a razão entre pessoas colocadas/vagas cadastradas, pois o esforço de colocação, isto é, de inserção do trabalhador no mercado de trabalho, consiste justamente no preenchimento das vagas. Assim, a efetividade do SINE, medida pelo indicador “taxa de colocação”, torna-se adequadamente medida, entendida como a colocação dos trabalhadores nas vagas disponíveis no sistema SINE.

Sob essa ótica, a taxa média de colocação do SINE, no período 2011/2020, é de **32%**. Em outras palavras, a taxa de efetividade do SINE consiste no preenchimento de 1 em cada 3 vagas cadastradas.

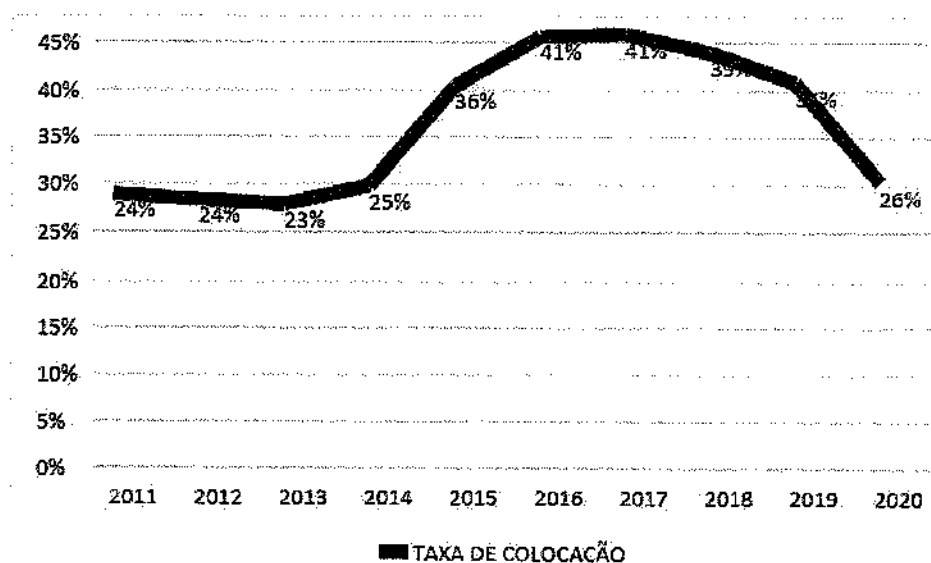
SINE: VAGAS, COLOCAÇÕES E TAXA DE COLOCAÇÃO – BRASIL – 2011/2020 – FONTE: MTP/STRAB/BGIMO.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
VAGAS	2.709.260	3.078.900	3.597.181	2.715.636	1.759.023	1.151.992	1.025.069	1.114.858	1.180.248	786.766
COLOCAÇÕES	659.429	732.864	839.673	687.291	631.189	473.819	424.584	440.197	428.973	203.115
TAXA DE COLOCAÇÃO	24%	24%	23%	25%	36%	41%	41%	39%	36%	26%

O objetivo de desenvolvimento do presente projeto é colocar a taxa de colocação média do SINE em trajetória ascendente, com vistas a atingir **50%** ao longo dos próximos 5 anos, de forma que ao menos 1 em cada 2 vagas cadastradas seja preenchida por meio da contratação de trabalhador.

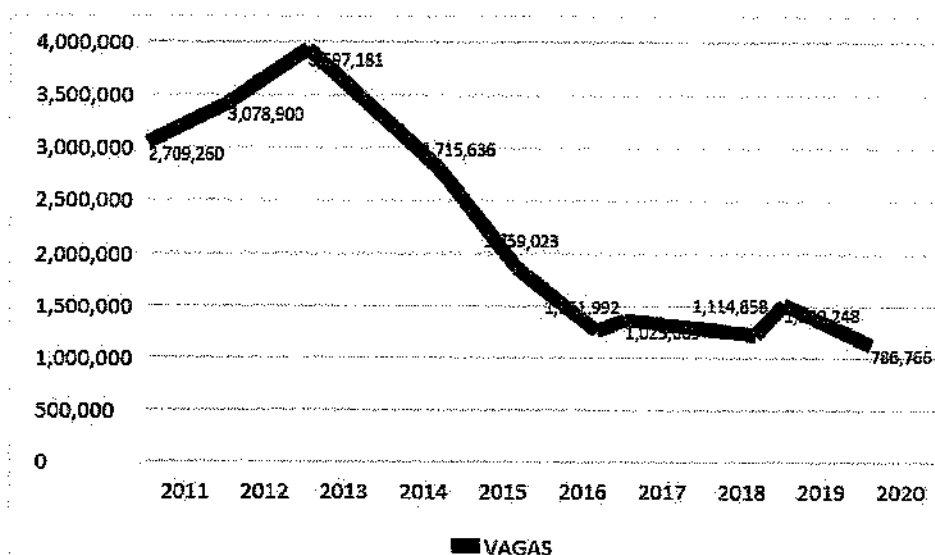
Observando-se o gráfico 1, relativo à taxa de colocação, percebe-se que o indicador está em queda desde 2017, quando atingiu 41%, cuja tendência decrescente foi agravada pelas repercussões da pandemia COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro, atingindo 26% em 2020.

GRÁFICO 1. SINE: TAXA DE COLOCAÇÃO – BRASIL – 2011/2020 – FONTE: MTP/STRAB/BGIMO.



A tendência de queda na efetividade do SINE está vinculada à queda na captação de vagas, que passou de 3,6 milhões/ano em 2013 para 1,2 milhão em 2019, atingindo cerca de 800 mil/ano em 2020, seu nível mais baixo na série histórica, em decorrência dos impactos da pandemia COVID-19 (Gráfico 2).

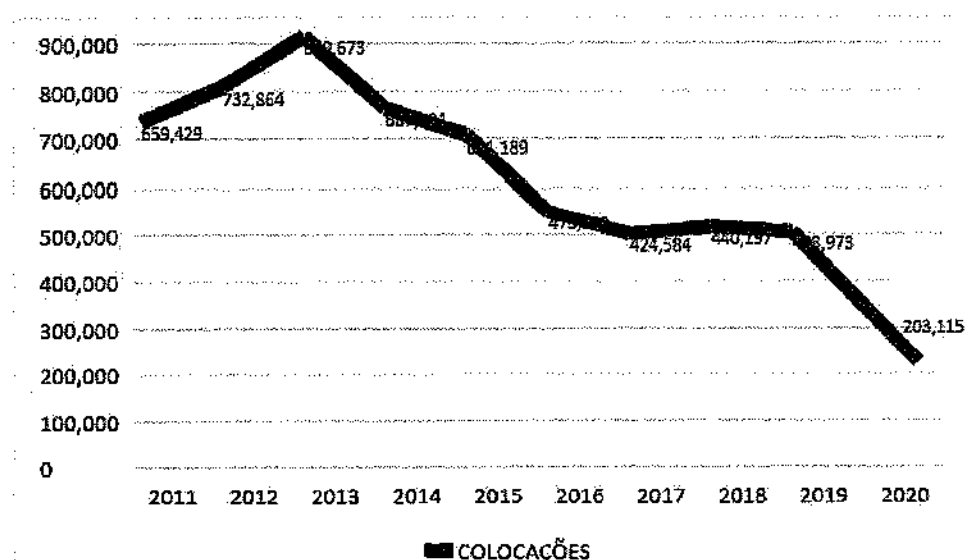
GRÁFICO 2. SINE: CAPTAÇÃO DE VAGAS – BRASIL – 2011/2020 – FONTE: MTP/STRAB/BGIMO.



Do mesmo modo, percebe-se tendência decrescente na quantidade absoluta de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio do SINE. Após alcançar cerca de 840 mil

trabalhadores colocados em 2013, o quantitativo iniciou tendência de queda, estabilizando-se em torno de 430 mil colocações/ano entre 2017/2019 e despencando para aproximadamente 200 mil colocações em 2020 (Gráfico 3).

GRÁFICO 3. SINE: TRABALHADORES COLOCADOS – BRASIL – 2011/2020 – FONTE: MTP/STRAB/BGIMO.



O atingimento do objetivo de desenvolvimento de ampliar a efetividade do SINE, medido por meio do indicador “taxa de colocação”, cuja meta é alcançar 50% até 2026, é possível por meio da articulação dos seguintes **objetivos específicos**:

- **Objetivo Específico 1: Fortalecer as capacidades da coordenação geral do SINE no seu papel central de produção e disseminação de boas práticas para o conjunto de agências do SINE.** O aprendizado crítico desenvolvido por meio da interlocução com a equipe técnica do Pôle Emploi, conduzido pela equipe técnica da Coordenação-Geral do SINE, do SINE/Paraná e do SINE/Roraima possibilitará a difusão de novas práticas e metodologias junto aos demais SINEs estaduais e municipais, a fim de repercutir sobre a efetividade da rede SINE como um todo.
- **Objetivo Específico 2: Desenvolver novas estratégias territoriais de parcerias públicas e privadas.** A experiência do Pôle Emploi possibilitará lançar luz sobre novas estratégias para realizar diagnósticos territoriais, identificando parceiros públicos e privados passíveis de adensar a capacidade de captação de vagas e a aproximação com o público (representações patronais, sindicatos, organizações da sociedade civil, órgãos públicos voltados para assistência social e desenvolvimento econômico, por exemplo).
- **Objetivo Específico 3: Internalizar criticamente novas metodologias para aprimorar a oferta de novos serviços do SINE.** A experiência do Pôle Emploi com grupos focais (entrevistas semi-estruturadas com grupos de usuários, como empregadores, trabalhadores em desocupação, trabalhadores ocupados, trabalhadores autônomos, por exemplo) e sua metodologia própria LAB/Pôle Emploi subsidiará uma nova forma de aproximação com as necessidades do mercado de trabalho local e o desenho de

novos serviços que atendam concretamente às demandas de empregadores e trabalhadores.

A presente proposta também visa ao **objetivo imediato do fortalecimento institucional das equipes do SINE Nacional** através de troca de experiências com a instituição homóloga francesa, o Pole Emploi. Os intercâmbios de experiências serão proporcionados por viagens internacionais para conhecimento de outras propostas e formas de trabalho, a fim de identificar sinergias e metodologias que possam ser aplicadas e internalizadas como referência às práticas brasileiras.

Os seguintes **resultados intermediários** serão almejados através da cooperação técnica internacional:

- **Resultado 1: Engajamento da Coordenação-Geral do SINE, do SINE/AP e do SINE/PR no processo de experimentação de novas práticas, com vistas ao aprimoramento de sua efetividade.**

Atividades relacionadas:

- 1.1. Evento de lançamento do projeto em Brasília e assinatura dos acordos de cooperação entre as partes envolvidas
- 1.2. Constituição de uma equipe de gestão do projeto: recrutamento de especialista residente, designação de gestores na coordenação geral do SINE e organização de responsabilidades e tarefas
- 1.3. Apoiar a Coordenação Geral do SINE na consolidação do seu papel estratégico de coordenação da rede SINE (incluindo visita de delegação brasileira para interação com agência Pôle Emploi sediada na França ou Guiana, a definir)
- 1.4. Definição e implementação dos processos de comunicação e troca de experiências entre estados-piloto e monitoramento e avaliação do projeto
- 1.5. Seminários semestrais de intercâmbio de práticas e compartilhamento de aprendizagens visando à sua sistematização e disseminação das boas práticas
- 1.6. Seminários finais de apresentação dos resultados do projeto para compartilhamento de aprendizagens e discussão de alternativas de multiplicação das aprendizagens para a rede SINE

- **Resultado 2: Organização de novas parcerias locais para fortalecer a captação de vagas de emprego e as possibilidades de orientação profissional dos candidatos a emprego.**

Atividades relacionadas:

- 2.1 Capacitação das equipes federais e estaduais do SINE para a realização dos diagnósticos territoriais e de parceria
- 2.2 Elaboração e acompanhamento de diagnósticos territoriais nas cidades de Curitiba/PR e Boa Vista/RR
- 2.3 Acompanhamento da realização dos diagnósticos de parceria
- 2.4 Elaboração de roteiros para a definição de novas estratégias territoriais de parceria
- 2.5 Apoio à implementação dos planos de ação resultantes dos roteiros em cada estado-piloto

- **Resultado 3: Aprimoramento da oferta de serviços das agências piloto do SINE, em busca de uma gestão mais eficiente e personalizada das necessidades do mercado de trabalho local.**

Atividades relacionadas:

- 3.1. Diagnóstico da oferta de serviços de 2 agências pilotos
- 3.2. Visita de intercâmbio das equipes das 2 agências-piloto à rede Pôle Emploi (na França ou Guiana Francesa)
- 3.3. Organização de grupos focais (incluindo empresários e trabalhadores cadastrados no SINE) para definição da nova oferta de serviço nas 2 agências pilotos – metodologia LAB/Pôle Emploi
- 3.4. Apoio às 2 agências-piloto na estruturação de uma oferta básica de serviços
- 3.5. Capacitação das equipes das 2 agências-piloto e realização de planos de ação para implantação da nova oferta de serviço
- 3.6. Apoio à implementação da nova oferta de serviços

Nesse sentido, o resultado final será:

- **Sistematização e compartilhamento de novas práticas e metodologias para a renovação da oferta de serviços da Rede SINE, visando o incremento de sua efetividade.**

4. PLANO DE TRABALHO

O processo de elaboração da presente proposta consistiu nas seguintes etapas:

- **Maio/junho 2021:** detalhamento preliminar do Plano de trabalho - análise documental e oficinas de trabalho envolvendo a equipe da Secretaria de Trabalho, AFD, Expertise France e Pôle Emploi.
- **Junho 2021:** elaboração de Teoria de Mudança – entrevistas com 18 atores-chave listados abaixo (definidos em articulação com SPPE) e Workshop com profissionais das Coordenações Estaduais do SINE, envolvendo representantes de 11 estados (AP, BA, CE, GO, MS, PR, RJ, RR, RS, SE, SP).
- **Junho/julho 2021:** Co-construção e validação do Plano de Trabalho (elaboração de versão final de Teoria de Mudança e Quadro Lógico): 2 Oficinas de planejamento estratégico e operacional, envolvendo a equipe SPPE e representantes dos estados-piloto (Paraná e Roraima).
- **Julho/setembro 2021:** Redação do Projeto - elaboração da versão final do Documento de Projeto, Cronograma e Orçamento.

Foram coletadas informações qualitativas junto ao conjunto de atores envolvidos na elaboração do presente Plano de Trabalho:

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (ME/SPPE):

- Daniel Galvão – como Secretário de Políticas Públicas de Emprego
- Walter Emura – como Subsecretário de Emprego/SPPE-SEMP
- Denis Freitas – como Subsecretário de Capital Humano/SPPE-SUCAP
- Marcelo de Sousa – como Coordenador Nacional do SINE/SPPE-SEMP-CGSINE
- Lucilene Santana – Coordenadora Geral de Fomento à Geração de Emprego/SPPE-SEMP-CGEM
- Cláudio Fonseca – Coordenador de Gestão da Coordenação Nacional do SINE/SPPE-SEMP-CGSINE
- Karla Marra – como Assessora da Coordenação Nacional do SINE/SPPE-SEMP-CGSINE
- Amilton Lobo – Coordenador Geral de Projetos Especiais/SPPE-CGPE

Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT):

- Suely Barrozo – Coordenadora-Geral da Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador/CODEFAT
- Canindé Pegado – Presidente do CODEFAT – Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) - Representante da Bancada dos Trabalhadores

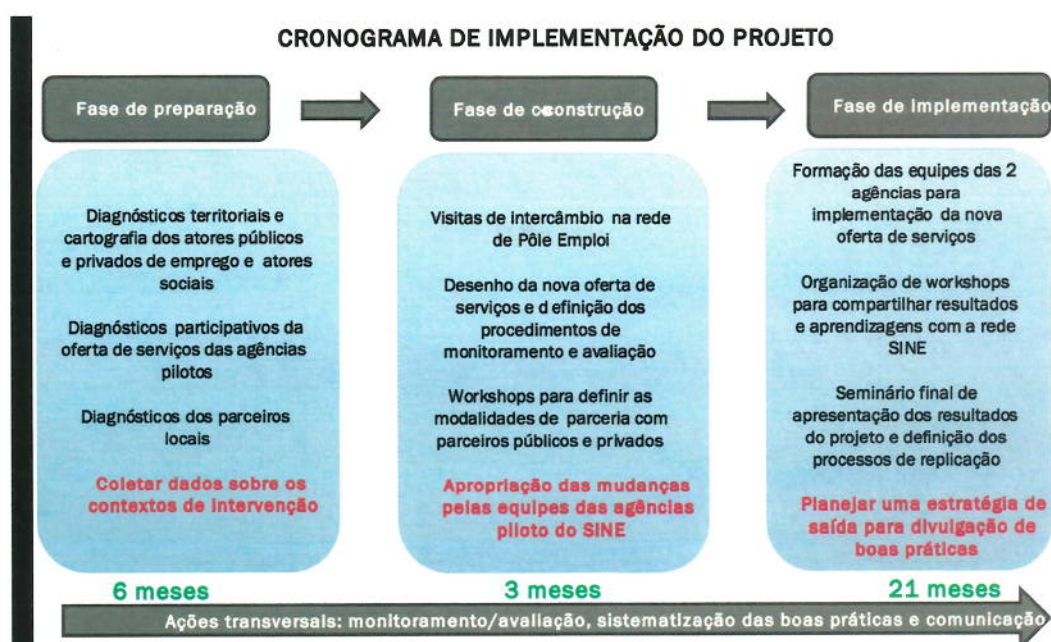
- Virgílio Carvalho – Presidente da Confederação Nacional do Turismo (CNTUR) - Representante da Bancada Patronal
- Altino Jóia – Conselheiro Suplente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Representante da Bancada Governamental

Secretarias Estaduais do Trabalho / Coordenações Estaduais do SINE

- BAHIA - Davidson Magalhães – Secretário Estadual do Trabalho – Bahia e Presidente do Forum de Secretários Estaduais do Trabalho – FONSET
- CEARÁ – Rubenildo Melo (Assistente de Gestão da Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo do Estado do Ceará) e Anibal Souza (Coordenador de Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais da Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo do Estado do Ceará)
- PARANÁ – Suelen Glinsky (Chefe do Departamento de Trabalho e Renda da Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho do Paraná) e Waldir Santos (Coordenador do SINE Paraná).
- RORAIMA - Isadora Braga (Diretora do Departamento de Políticas de Emprego, Trabalho e Renda da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social de Roraima).

CRONOGRAMA

O cronograma de implementação do projeto divide-se em 3 fases: (1) Preparação, (2) Co- Construção e (3) Implementação.



A fase de **Preparação** possui duração de 6 meses e tem por objetivo coletar dados sobre os contextos de intervenção. Para tanto, serão realizados (a) diagnósticos territoriais e cartografia dos principais atores públicos, privados e sociais relacionados às temáticas de trabalho e emprego, (b) diagnósticos participativos da oferta de serviços das agências pilotos e (c) diagnósticos dos parceiros locais.

Meios de verificação: Realização de 2 diagnósticos territoriais

A fase de Preparação possui por meta a elaboração de 2 *diagnósticos territoriais*, com base na metodologia LAB/PÔLE EMPLOI.

A fase de **Co-construção** possui duração de 3 meses e tem por objetivo a apropriação das mudanças pelas equipes das agências piloto do SINE. Para tanto, serão realizados (a) 1 visita de intercâmbio na rede Pôle Emploi (França ou Guiana, a definir), (b) desenho da nova oferta de serviços e definição dos procedimentos de monitoramento e avaliação e (c) workshops para definir as modalidades de parceria com atores públicos, privados e sociais identificados.

Meios de verificação: Realização de 1 visita de intercâmbio, 2 ofertas de serviços elaboradas e 2 workshops

A fase de Co-Construção possui por metas: (a) 1 visita de intercâmbio com rede Pôle Emploi realizada; (b) 2 novas ofertas de serviços desenhadas; e (c) 2 workshops com parceiros locais realizados.

A fase de **Implementação** possui duração de 21 meses e tem por objetivo o planejamento de estratégia de saída para divulgação de boas práticas. Para tanto, serão realizados (a) capacitação das equipes das 2 agências para implementação da nova oferta de serviços, (b) implementação da nova oferta de serviços por meio dos 2 projetos pilotos, (c) workshops semestrais para compartilhar resultados e aprendizagens com a rede SINE e (d) seminário final de apresentação dos resultados do projeto e definição da estratégia de replicação junto à rede SINE.

Meios de verificação: Realização de 2 capacitações, 3 workshops semestrais, 1 seminário final e 1 estratégia para disseminação de boas práticas

A fase de Implementação possui por metas: (a) 2 capacitações realizadas (equipes do SINE/Paraná e SINE/Roraima), (b) 3 workshops semestrais realizados, (c) 1 seminário final realizado e (d) 1 estratégia para disseminação de boas práticas junto à rede SINE desenhada.

5. COOPERAÇÃO EXTERNA SOLICITADA

A crise de 2015-2016 fragilizou consideravelmente o mercado do trabalho brasileiro. A economia brasileira ficou ainda mais frágil frente à crise provocada pela Covid-19, pois não havia se recuperado da recessão de 2015-2016, que degradou consideravelmente o emprego e desemprego, em termos tanto quantitativos como qualitativos.

Diante do difícil cenário socioeconômico mundial, a República Federativa do Brasil solicitou financiamento de 200 milhões de Euros ao Governo Francês através da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) destinados a viabilizar o pagamento do “Programa Emergencial de Apoio a Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil. Essa ajuda prestada pelo governo brasileiro de forma pontual foi destinada ao (i) pagamento do Auxílio Emergencial - AE - voltado ao público do programa Bolsa Família - BF - e (ii) ao pagamento do programa Bolsa Família. O AE e o PBF providenciaram um crucial apoio à renda de trabalhadores informais e aos lares de baixa renda, retirando de cerca de 23 milhões de indivíduos - algo em torno de 10% da população total - da faixa de extrema pobreza (Dados do relatório de progresso semestral do programa - Ministério da cidadania janeiro a julho 2021).

Sob a ótica de política pública, complementar também aos auxílios pontuais, é fundamental que ações perenes de resiliência sejam implementadas para que o Brasil consiga recuperar suas taxas e qualidades de emprego no momento pós-crise. **Nesse contexto, o Ministério da Economia (Ofício SEI nº 267389/2020/ME) solicitou uma cooperação técnica no valor de 1,2 milhões de euros** entre a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, atual Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, e a AFD com objetivo de fortalecer e modernizar sua política pública de intermediação de mão de obra

Essa solicitação fundamenta-se no compromisso que a AFD coloca à disposição dos parceiros quando da implementação de projetos, sempre visando o reforço e fortalecimento institucional, desenvolvimento dos povos e territórios.

Essa solicitação de apoio específica, respalda-se em iniciativas de cooperação técnica desenvolvidas pela entidade francesa, tendo como foco a experiência da agência Pôle Emploi. Trata-se de autarquia criada em 2008, a partir da fusão da Agência Nacional para o Emprego (ANPE) (responsável pela colocação de trabalhadores em desocupação no mercado de trabalho) e a Associação pelo Emprego na Indústria e no Comércio (ASSEDIC), responsável pelo pagamento do seguro-desemprego.

O Pôle Emploi é o principal Serviço Público de Emprego francês, voltado para prover assistência financeira a trabalhadores desempregados, orientá-los e acompanhá-los em sua reinserção no mercado de trabalho, assim como orientar as empresas em seus processos de contratação de mão de obra. Possui 905 agências, espalhadas por todas as 18 regiões da República Francesa. Em 2019, o Pôle Emploi promoveu a reinserção de 4,3 milhões de pessoas no mercado de trabalho francês e processou 8,4 milhões de pedidos de seguro-desemprego.

Dentre os destaques da experiência do Pôle Emploi, cabe ressaltar a adaptação de sua oferta de serviços às necessidades dos desempregados, em termos de frequência dos contatos e tipo de acompanhamento (sendo oferecido para jovens abaixo de 26 anos um acompanhamento intensivo para impulsionar a procura por emprego); capacitação contínua de conselheiros; provisão de serviços digitais em complemento aos serviços presenciais; e oferta integrada de qualificação profissional, orientação profissional e assessoramento aos trabalhadores desempregados. O Pôle Emploi é uma boa prática de apoio à reinserção de trabalhadores em desocupação no mercado de trabalho, gozando de reconhecimento no plano internacional.

Importante mencionar que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizou em junho de 2021 a oficina de trabalho “Taller de Apoyo para la Búsqueda de Empleo”, no âmbito de uma série de iniciativas para fortalecer os Sistemas Públicos de Emprego na América Latina e Caribe, na qual foi apresentada a experiência do Pôle Emploi, o qual foi apropriadamente tratado como *“un excelente ejemplo del rol que juegan este tipo de instituciones en el mundo del trabajo”*⁵.

Cabe registrar que o portfólio da AFD contempla ações de cooperação com desenho similar à presente proposta, junto ao Reino do Marrocos e à República da Albânia. No Reino do Marrocos, encontra-se em desenvolvimento programa de inserção econômica de jovens no mercado de trabalho, com o objetivo de (a) acompanhar a implementação da política nacional de promoção de emprego; (b) desenvolver iniciativas de inserção econômica de jovens no mercado de trabalho por meio do comprometimento estatal com as políticas de emprego; e (c) pilotagem de reforma dos Serviços Públicos de Emprego (responsáveis pela intermediação de mão de obra e colocação no mercado de trabalho), com base na performance. Dentre as agências francesas envolvidas, destacam-se a Expertise France, Initiative France e a agência Pôle Emploi. A cooperação técnica iniciou-se em outubro de 2020, com vigência de 4 anos. Seu financiamento ocorrerá mediante empréstimo de 150 milhões de euros, pelo desembolso de 15 milhões de euros para custear a assistência técnica e pelo aporte de 3 milhões de euros em fundo de preparação para empreendedores. Na República da Albânia, encontra-se em fase de desenho programa para promover a inclusão produtiva das mulheres no mercado de trabalho, por meio de políticas públicas relacionadas ao Serviço Público de Emprego, acesso à creche, reconhecimento da propriedade fundiária e imobiliária e ao empoderamento financeiro sensível ao gênero. Dentre as agências francesas envolvidas, constam a agência Pôle Emploi e o Serviço Público de Supervisão das Condições de Trabalho, além de conselhos superiores voltados para a igualdade de gênero e os direitos humanos, dentre outros. A cooperação técnica encontra-se em fase de desenho, com previsão de financiamento mediante empréstimo de 50 milhões de euros e desembolso de 1,5 milhões de euros para custear ações de assistência técnica.

O orçamento da proposta e a forma de aporte desta cooperação, da parte da AFD e da EXPERTISE FRANCE, estrutura-se conforme segue:

⁵ Dentre outros resultados, a oficina de trabalho resultou em interessante artigo publicado no Blog TRABAJO (coordenado pelo BID), detalhando a experiência francesa de intermediação de mão de obra conduzida pelo Pôle Emploi (<https://blogs.iadb.org/trabajo/es/la-experiencia-de-pole-emploi/>).

Détail du budget en €

Objeto	Total
1 - Especialistas técnicos	741 600 €
2 - Viagens, Despesas de instalação e custos associados	203 900 €
3 - Atelier / seminarios / formações / comitês	170 000 €
4 - Comunicação	15 000 €
5 - Avaliação e auditoria	41 000 €
6 - Outros	28 500 €
TOTAL ORCAMENTO (Sem impostos)	1 200 000 €

Nessa cooperação não haverá transferência de capital entre a AFD e o governo brasileiro. A AFD será responsável por toda contratação e aquisição prevista dentro deste acordo.

6. CONTRAPARTIDA OFERECIDA

A Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP/STRAB) se compromete a: (i) acolher nos seus locais de trabalho a equipe técnica responsável pela coordenação e apoio à implementação do projeto, e a (ii) fornecer toda e qualquer autorização necessária para a realização da missão.

Equipe Técnica de Gestão: 10 (dez)

- Governo Federal: 1 Coordenador-Geral; 1 Assessora Técnica da CGSINE, 3 Coordenadores e 1 Técnica (6)
- Governos Estaduais: 1 Coordenador do SINE/Paraná, 1 Coordenador do SINE/Roraima, 1 Assessor do SINE/Paraná, 1 Assessor do SINE/Roraima (4)

Equipe Técnica de apoio: 14 (quatorze)

- Governo Federal: 2 Técnicos Administrativos (2)
- Governos Estaduais: 6 Atendentes de Unidade de Atendimento do SINE/Paraná e 6 Atendentes de Unidade de Atendimento do SINE/Roraima (12)

7. ORÇAMENTO DO PROJETO

Conforme apresentado no item 5 e 6, o orçamento do projeto está calculado pela participação da cooperação externa e dos recursos internos da contrapartida oferecida através da disponibilidade técnica dos membros da equipe da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho.

8. MECANISMOS DE GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A governança do Projeto será composta por dois comitês: **Diretivo e Técnico**. Cada comitê terá frequências de reuniões e funções específicas com objetivos de realizar o monitoramento, avaliar e validar as etapas da cooperação.

- **Comitê Diretivo** (reúne-se semestralmente) – **Atribuições:** Supervisionar a execução global do projeto; fornecer orientações estratégicas sobre a execução do projeto; analisar e aprovar os planos de ação propostos pela equipe executiva do projeto; acompanhar os relatórios de monitoramento e avaliação, fornecendo orientações e indicando medidas de ajuste e/ou correções de rumo quando necessário; e favorecer a coordenação de ações intersetoriais e articulação com atores estratégicos.
Composição: MTP/STRAB; Expertise France; Pôle Emploi; AFD; CODEFAT; FONSET; e Conselhos Estaduais do Trabalho do Paraná e de Roraima.
- **Comitê Técnico** (reúne-se trimestralmente) – **Atribuições:** Coordenação técnica global da execução do projeto; acompanhar a execução técnica, administrativa e financeira do projeto, assegurando o cumprimento dos seus objetivos; analisar e validar relatórios periódicos da equipe executiva e outras informações relevantes à execução do projeto; propor orientações, medidas de ajuste e/ou correções de rumo quando necessário; e contribuir com a articulação com outras agendas e iniciativas de políticas públicas convergentes.
Composição: MTP/STRAB; Expertise France; Pôle Emploi; SINE/Paraná; SINE/Roraima; Conselhos Estaduais do Trabalho do Paraná e de Roraima; FONSET; e Gestores das agências pilotos.

9. DAS ASSINATURAS

Feito em Brasília, em 14 de novembro de 2022, em duas vias, em língua portuguesa.



JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

Ministério do Trabalho e Previdência



LAETITIA DUFAY

Diretora Regional AFD Brasil Cone Sul

TESTEMUNHA:



WOFSI YURI DE SOUZA

Coordenador-Geral de Cooperação Técnica e Parcerias com Países Desenvolvidos da Agência Brasileira de Cooperação

TESTEMUNHA:



MAURO RODRIGUES DE SOUZA

Secretário de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência